

Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica¹

Patrícia Lovatto²

Patrícia Postalí Cruz³

Carlos Rogério Mauch⁴

Antônio Amaral Bezerra⁵

"Sim, a vida é mulher"

(Nietzsche em *A Gaia Ciência*)

RESUMO

A partir do reconhecimento da histórica conexão entre as mulheres e a natureza, busca-se no presente trabalho analisar elementos referentes às influências de gênero sobre o desenvolvimento rural sustentável, utilizando para tanto a discussão de dados obtidos em pesquisas recentes que investigaram os meios que levaram a transição de alguns grupos de agricultores familiares para o modelo de base ecológica. Demonstra-se no decorrer da análise que as mulheres ocupam lugar estratégico na reformulação produtiva da unidade familiar, pois representam, na maioria das vezes o centro de uma rede de ligações que permitem um questionamento crítico e por vezes libertador das formas de produção convencionais. Nesse contexto, pretende-se fornecer subsídios para realização de novos trabalhos investigativos que abordem a temática, contribuindo para a formulação de estratégias que estimulem as agricultoras familiares na tomada de decisões, reduzindo as desigualdades e dificuldades que ainda persistem neste

¹ Parte de um ensaio elaborado pela primeira autora para Disciplina Desenvolvimento Rural Sustentável, incluída na grade curricular do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – UFPel.

² Bióloga, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutoranda do PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da FAEM – UFPel/Bolsista CNPq. E-mail: biolovatto@yahoo.com.br

³ Graduanda em Ciências Biológicas e Antropologia Social da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsista de IC da UFPel. E-mail: patpostalicruz@hotmail.com

⁴ Eng. Agrônomo, Doutor em Agronomia (Biotecnologia) pela Universidad Politécnica de Valencia-España, Professor Adjunto do Curso de Agronomia da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – UFPel. E-mail: crmauch@gmail.com

⁵ Eng. Agrônomo, Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas, Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – UFPel. E-mail: ajabez@ufpel.edu.br

processo. Espera-se, portanto, que diante de novas pesquisas seja possível buscar mecanismos que permitam o fortalecimento da mulher no meio rural, reafirmando de forma contínua o importante papel que desempenham para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: agricultoras familiares, estratégias, agricultura sustentável

INTRODUÇÃO

O presente ensaio busca analisar um conjunto de informações que determinam a situação da mulher agricultora familiar do ponto de vista histórico e contemporâneo. Num primeiro momento traz reflexões sobre a função das mulheres na civilização humana sob diferentes perspectivas, evidenciando as origens históricas da discriminação e da sua relação com a natureza e com a multiplicação da vida.

A partir de argumentações históricas e antropológicas, confrontadas com dados de pesquisas atuais, busca-se demonstrar o importante papel social desempenhado pela mulher nos processos onde está em curso a transição do modelo de produção convencional para formas de produzir baseadas nos parâmetros preconizados pela agricultura sustentável⁶.

Nesse sentido, verifica-se que, no campo da produção, a mulher tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a agricultura convencional ao colocar em prática saberes adquiridos em outras gerações, questionando as formas de produzir e demonstrando descontentamento nos casos em que a lucratividade imediata sobrepõe o bem-estar da família.

Em muitos casos é a mulher a responsável pela introdução das novas práticas de produção, na medida em que testa formas e preparados nos cultivos, dedica-se ao artesanato, à culinária, aos agrupamentos sociais, recuperando desta forma a cooperação em todas as esferas produtivas. Ela aparece como o centro de formação das articulações no meio rural, conectando, às vezes, através da

⁶ A agricultura sustentável inclui em seus objetivos de forma conjunta os fatores econômicos, ambientais, culturais, sociais, políticos e éticos envolvidos na produção agropecuária. Esses objetivos têm sido definidos de acordo com diversas filosofias, práticas e políticas, tanto sob o ponto de vista do agricultor como do consumidor. Assim dentro da perspectiva da agricultura sustentável está a agricultura biodinâmica, orgânica, natural, biológica, de base ecológica e permacultural. Ressalta-se ainda que neste trabalho utiliza-se o termo "agricultura familiar de base ecológica", por entender que o mesmo reflete de uma forma mais adequada a condição do sistema de produção enquanto agroecossistema, cuja produção inclui as dimensões citadas anteriormente. Utiliza-se aqui a Agroecologia conforme definida por CAPORAL e COSTABEBER (2004) como uma nova ciência que rompe com as correntes teóricas convencionais, tendo sua construção baseada no pensamento social alternativo e em elementos recolhidos de diferentes ciências, apresentando um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, proporcionando o devido suporte à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

religiosidade, a família e a comunidade, movimentando a vizinhança para uma mudança de hábitos.

Ressalta-se que os fatos contemporâneos discutidos no presente trabalho, vão ao encontro dos aspectos históricos que envolvem a mulher e a agricultura, temas abordados, inicialmente, que destacam a importância da conjugação dos dois termos, relatada desde os primórdios da civilização, quando a face feminina do *Homo sapiens* permitiu que as terras fossem cultivadas a partir da observação cuidadosa e minuciosa da natureza.

É provável que se esteja discutindo, aqui, uma vocação intrínseca à natureza da feminilidade humana. Dessa forma, inicia-se e alicerça-se a discussão proposta partindo do momento em que a primeira semente foi posta sobre a terra sob o aguarde de que a natureza realizasse o milagre da vida.

NATUREZA, MULHER E AGRICULTURA

Na pré-história homens e mulheres viviam em harmonia; nessa época reinavam as Deusas. O papel das mulheres era destacado. Embora não fossem detentoras de mais poder que os homens, ambos viviam em regime de parceria. Nesse período, época em que a agricultura era a principal atividade da humanidade, acreditava-se que a mulher tinha poder mágico, o dom da vida, sua fecundidade fazia a fertilidade dos campos. Havia, portanto, uma associação direta entre natureza, mulher e agricultura.

Conforme ALAMBERT (2004), na aurora da humanidade não se pode falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois, em famílias e tribos. Os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava perecia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres.

A autora destaca que o primeiro passo, na evolução da sociedade humana, aconteceu a partir da formação das genes comunitárias, que se constituíam de grandes uniões de grupos humanos vinculados por parentesco, que se dividiram em clãs. Nesse tipo de organização, a mulher trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, dos velhos e dos doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, poções, enquanto o homem ia à caça de alimentos.

Alguns autores identificam que a invenção do arado, que veio substituir a enxada primitiva utilizada pela mulher, abriu o caminho para o início do patriarcado, considerando ser esse o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). O arado, por ser mais pesado, precisava da tração animal e da força do homem para dar direção ao seu movimento de arar a terra. Naquele momento o trabalho do homem passou a ser mais valorizado. Para poder arar a terra, os grupamentos humanos tornaram-se sedentários. Dividiram a terra e formaram as primeiras plantações. Começaram a estabelecer as

primeiras aldeias, depois as cidades, as cidades-estado, os primeiros Estados e os impérios. Já não eram mais os princípios feminino e masculino que governavam juntos o mundo, mas, sim, a lei do mais forte.

JOHNSON (1992), citado por SAFFIOTI (2004), atribui a mudança da sociedade igualitária, para as sociedades de hoje, à produção de excedente econômico e à descoberta de que o homem era necessário para engendrar nova vida, o que era desconhecido na sociedade de caça e coleta e que dava um poder maior às mulheres, consideradas seres mágicos, devido à capacidade de dar à luz, presumivelmente sozinhas. Outra autora, GERDA LERNER (1988), citada por SAFFIOTI (2004), desprezando o fato da produção excedente, diz que o conhecimento da participação masculina na reprodução humana dá mais poder aos homens e abre caminho para a implantação de um regime de exploração/dominação sobre as mulheres.

Ao se descobrir participante na reprodução da espécie, ou ainda na antropoprodução⁷, o homem passa a atribuir a si próprio o papel primordial. Sentindo-se detentor do controle populacional da espécie humana, cria um problema demográfico. Nesse contexto, quanto mais filhos, mais soldados e mais mão de obra barata para arar a terra.

Com a desagregação da sociedade comunal primitiva, devido ao desenvolvimento da técnica, gerando a acumulação nas mãos de alguns e o surgimento do comércio, surgem os dominados e os dominadores. De acordo com DALLARI (2001), desde os tempos mais remotos até a atualidade, verifica-se que, na medida em que se desenvolveram os meios de controle e de aproveitamento da natureza, com a descoberta, a invenção e o aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho e de defesa, a sociedade simples foi se tornando cada vez mais complexa. Grupos foram se constituindo dentro da sociedade, para executar tarefas específicas, chegando a um pluralismo social extremamente complexo. Nesse sentido, MORIN (1994) sugere que a afirmação da superioridade masculina coincide com o nascimento da família enquanto microestrutura social.

LIMA (1994) complementa que antes do século XVI dominava o pensamento medieval, cuja visão de mundo era essencialmente orgânica, em comunhão com a natureza. Nesse período, o cosmo era visto como um organismo vivo em que cada parte tinha uma relação de sintonia com o todo e o objetivo precípuo do conhecimento era compreender o significado das coisas. Conforme TOSI (1987), citado por LIMA (1994), nessa época, a natureza, especialmente a terra, era identificada como a mãe (mãe-terra), fonte de vida que nutre o gênero humano, as plantas e os animais, que gera no seu ventre os minerais. Ela era fêmea generosa e benéfica que podia também provocar catástrofes em certas ocasiões.

De acordo com a autora, essa organização e visão do mundo foram transformadas radicalmente pela Revolução Científica, que passou a ver o Universo como máquina, os organismos vivos como peças separadas e a natureza

⁷ Segundo SAFFIOTI (2004), a antropoprodução consiste na produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social.

como algo que deveria ser dominado pelo homem. Francis Bacon e René Descartes contribuíram para solidificação desse pensamento uma vez que reafirmavam a natureza enquanto a matéria e o saber do homem enquanto capacidade de ir além das leis da natureza, fazendo com que a mesma ficasse à mercê de sua manipulação. A mulher, encarada como parte dessa natureza, estava fadada ao mesmo controle absolutista e soberano do patriarcado.

A natureza, tal qual uma mulher, podia ser possuída, dominada, escravizada e até violada (TOSI, 1987, citado por LIMA, 1994). A mulher estava mais próxima da natureza do que o homem, cabendo-lhe, portanto, a missão de levar a efeito os desígnios daquela (TOSI, 1991 citado por LIMA, 1994).

A Revolução Científica contribuiu para consolidar a divisão das sociedades sob aspectos dualistas moldando a realidade em categorias (cultura *versus* natureza, espírito *versus* corpo, razão *versus* emoção, homem *versus* mulher). A partir daí a mulher é tida como o contraponto da cultura. Para os defensores desse pensamento, a mulher é regida pelas forças da natureza, muitas dessas ligadas à sexualidade e à maternidade, sendo o homem o reflexo da cultura, da razão que se sobrepõe ao sentimento. Portanto a ele são designadas as tarefas relacionadas à administração, à política e à ciência.

Para SHIVA (1988), a dualidade predominante no ocidente, na concepção hindu constitui uma unidade, sendo os opostos complementares e indissolúveis. A harmonia dialética dos princípios acima citados se transforma na base do pensamento e da ação ecológica na Índia. O inverso ocorre no Ocidente, onde o próprio conceito de natureza ocupa-se da visão cartesiana, identificando "meio ambiente" ou "recursos naturais" como sendo algo separado do homem, como algo que apenas lhe rodeia e não constitui sua substância.

Algumas das considerações mais utilizadas institucionalmente para conceituar o "meio ambiente" são descritas a seguir, demonstrando a externalidade envolvida no termo e o caráter teórico ocidental que exemplifica a visão cartesiana e por vezes antropocêntrica que exclui o homem da integralidade da natureza.

"Meio Ambiente é o conjunto de todas as condições e influências externas circundantes, que interagem com um organismo, uma população ou uma comunidade" (ACIESP, 1997 – GLOSSÁRIO DE ECOLOGIA). "Meio Ambiente é a soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe" (ART, 1998 – DICIONÁRIO DE ECOLOGIA E TERMOS AMBIENTAIS). "Meio Ambiente define-se como todo o meio exterior ao organismo que afeta o seu integral desenvolvimento" (GILPIN, 1976 – DICTIONARY OF ENVIRONMENTAL TERMS)

A partir da Revolução Científica, a ciência continuou contribuindo para legitimação das ideias dualistas. A Biologia se destacou como uma das mais interessadas em aplicar experimentalmente as teorias inicialmente formuladas. Em

seguimento, conforme HARDING (2007), a Sociobiologia, emergida com E. O. Wilson propôs estudar o comportamento animal a partir das premissas evolucionistas. A partir daí o comportamento dos grupos sociais passou a ser explicado através de inferências genéticas – e/ou através da evolução social na qual as sociedades ‘primitivas’ estavam, simplesmente, num estágio social inferior comparado com a sociedade ‘complexa’ do pesquisador, estas então tendiam a alcançar esse nível de sociedade complexa. Dessa forma, as relações desiguais passam a ser apreendidas como algo definido pelos genes, legitimando a natureza do racismo, do sexismo e outras formas de discriminação⁸. Nesse contexto, a sociobiologia veio contribuir para reforçar a posição discriminada da mulher na sociedade na medida em que, através do determinismo biológico, justifica a sua predestinação natural.

Contrariamente às teorias que menosprezam o papel da mulher no desenvolvimento das sociedades humanas para ROSALDO (1979) citado por LIMA (1994), a mulher contribuiu com a maior parte na alimentação das populações caçadoras-coletoras contemporâneas, e na pré-história a caça de animais de pequeno porte, praticada por ambos os sexos, pode ter precedido o advento da caça de animais de grande porte. O autor também considera que a coleta e a socialização das crianças, ambas as atividades femininas, requeriam habilidades comunicativas e cooperativas tão complexas como as envolvidas na caça e, portanto, teriam um impacto importante na criação dos padrões sociais e culturais primitivos.

Considerando todos os aspectos expostos, é possível verificar o fato de que a agricultura em seus primórdios resultou inevitavelmente no modo de viver atual dos grupos humanos. De acordo com PONS (1998), a textura de uso e costumes, a psicologia social, foi então profundamente abalada que o fato histórico autoriza falar em Revolução Neolítica. Uma transformação das mais radicais para a humanidade, em todos os níveis, em todos os tempos. Essa revolução mostra-se tão importante que alguns historiadores colocam a descoberta da agricultura como marco inicial dos tempos históricos, em lugar da escrita, pois sem agricultura a civilização não teria avançado.

Por último, convém ressaltar que uma visão economicista da relação mulher/meio ambiente coloca a questão na divisão sexual do trabalho que, segundo OLIVEIRA (2005) vê as mulheres com a função de gestoras dos recursos naturais, como resultado da evolução histórica do patriarcado, que designa aos homens o papel da produção econômica e às mulheres as tarefas de menor valor, ligadas à reprodução econômica. Já a abordagem cultural entende essa relação como de “reciprocidade, simbiose, harmonia, mutualidade e inter-relação”, devido à dependência próxima da natureza no atendimento das necessidades de subsistência (BRAIDOTTI et al., 1994).

⁸ De acordo com TELES & MELO (2002), a discriminação é o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social ou em qualquer outro domínio da vida. É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr a margem, pôr de lado, isolar. Pode ser também entendido como desconsideração e desrespeito.

O argumento até então mais procedente é que não cabe idealizar a ligação da mulher com o meio ambiente, mas desconstruir a estrutura de poder que subordina as mulheres e destrói a natureza. É assumindo-se como cidadãs que poderão combater a dupla subordinação, não tanto na igualdade com a natureza, mas respondendo pelas suas próprias vidas e pela preservação do meio ambiente. Portanto, é necessária a ampliação da sua consciência para que elas se empenhem em lutar contra a subordinação da natureza, das suas iguais e de si mesmas (OLIVEIRA, 2005).

As mudanças das relações de gênero⁹ constituem uma das urgências para o enfrentamento da crise societal e ambiental contemporânea. Porém, envolvem mudanças de concepções, valores e ideias ainda presentes nas relações de poder, constituídas historicamente, logo mais difíceis de serem desconstruídas. Para tanto é necessário um exercício simultâneo das organizações, instituições e poder público para que essa realidade se altere positivamente, a fim de caminhar para a cooperação, um princípio básico no equilíbrio dos ecossistemas¹⁰ naturais e que deverá ser incorporado ao estilo de vida de uma sociedade que almeja a sustentabilidade.

⁹ Segundo SCOTT (1995), gênero é entendido como percepção social das diferenças entre os sexos. Entende-se ainda que sendo o conceito de gênero socialmente construído a partir do molde dado pela sociedade, os papéis sociais não são determinados pela natureza podendo desta forma ser alterados. Gênero constitui, portanto um conceito relacional, os papéis femininos e masculinos não existem de forma isolada, são coexistentes, simbióticos e deveriam assim se portar na dinâmica social (NOTA DA PRIMEIRA AUTORA).

¹⁰ De acordo com OLIVEIRA (2005), a natureza cíclica dos processos ecológicos é um importante princípio da ecologia. Os laços de realimentação dos ecossistemas são as vias pelas quais os nutrientes são continuamente reciclados. Sendo sistemas abertos, todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra, de modo que o ecossistema como um todo permanece livre de resíduos. As comunidades de organismos têm evoluído dessa maneira ao longo de bilhões de anos, usando e reciclando continuamente as mesmas moléculas de minerais, de água e de ar. Outra lição é o princípio da interdependência, ou seja, da dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do de muitos outros. Traduzindo para a vivência das comunidades humanas, vemos que todos os membros estão interligados numa intrincada rede de relações. O comportamento de um membro da comunidade depende do comportamento de todos os demais integrantes. O sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus participantes, e, assim, em uma relação recíproca, o sucesso de cada um desses membros depende do sucesso da comunidade. Compreender a interdependência de cada um dos membros significa que as relações entre os participantes dessa comunidade não são lineares, pois há múltiplos laços de realimentação. A parceria é um princípio fundamental dos ecossistemas, onde os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos ganham sustentação na cooperação e na coevolução. Os sistemas vivos apresentam a formação de associações, de ligações, a capacidade de viver dentro de outro organismo e cooperar, garantindo a vida. Conforme CAPRA (1999), o estilo de vida em conformidade com os conhecimentos e aplicações dos princípios da ecologia é que permitirão a sobrevivência da humanidade.

A mulher no contexto da agricultura familiar

A agricultura familiar¹¹, de modo geral, é a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil. Apesar disso, ela sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. “Quando comparada ao campesinato¹² de outros países, foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1997). Seja qual for a terminologia adotada, a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que “reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho” (WOORTMANN, 1997).

Considerando a estrutura fundiária brasileira, BRUMER (2004) destaca que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta um alto grau de concentração das terras e o predomínio de pequenas e médias propriedades, fazendo com que a agricultura familiar se torne especialmente importante neste Estado no que se refere ao entendimento de sua dinâmica e à tomada de políticas públicas adequadas. Estima-se que a produção familiar caracterize de um modo geral a maioria dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, com área inferior a 100 hectares, abrangendo, assim, cerca de 90% do total.

Ainda segundo BRUMER (2004), as informações disponíveis sobre a população rural do Rio Grande do Sul apontam para duas questões problemáticas: a) o aumento do número de homens celibatários no meio rural, com consequências sobre o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas mulheres como mão de obra familiar não remunerada; b) a defasagem entre o número de moças e o de rapazes, o que pode ‘forçar’ um número maior de rapazes a emigrar, tendo em vista que raramente os jovens rurais encontram parceiras originárias do meio urbano que se disponham a viver no meio rural. Conforme a autora, a seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma

¹¹Segundo a FAO/ICRA (1996), são três as características essenciais que definem a agricultura familiar brasileira: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionada pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

¹² De acordo com LAMARCHE (1998), o campesinato ou a agricultura de subsistência define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro é o de satisfazer às necessidades familiares. Há distinção entre estabelecimentos de Subsistência e Camponeses que se baseia no projeto dos produtores dos estabelecimentos. O projeto da unidade de Subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas, permitindo a sobrevivência do grupo doméstico; é obvio que o do estabelecimento Camponês não pode se resumir a isso. A diferenciação entre esses dois tipos deve ser concebida a partir dos sistemas de valores e de representação.

independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Diante das observações feitas por BRUMER (2004), é importante destacar que são dois os aspectos que podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família.

Esse modelo se enquadra na definição de família formulada por CHAYANOV (1974). Para o autor, a família é um conjunto de produtores e de consumidores centrados num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. Ela seria um grupo doméstico hierarquizado economicamente a partir de valores culturais. Assim, se o exercício da atividade agrícola está fortemente relacionado às posições na família, a prática da agricultura pressupõe os papéis de homens e mulheres e as hierarquias de gênero e idade existentes naquela família.

Segundo MELO (2002) essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar nega a existência de “famílias monoparentais femininas”. Nesse modo, a figura do pai como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

De acordo com CORRÊA (1996), a dicotomia de lugares persiste, ainda que a mulher sempre tenha participado do processo produtivo agrícola familiar. Tal feito, no entanto, não se restringe às regiões do Brasil, mas inclui as mulheres de várias partes do mundo por serem “as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Conforme JACOBSON (1992), apud CORRÊA (1996), na África, elas cultivam 80% dos produtos alimentares de subsistência; no subcontinente Indiano, entre 70% e 80% das colheitas de subsistência são de responsabilidade das mulheres, enquanto que, na América Latina e no Caribe, 50% da alimentação consumida são originados do trabalho feminino”. Apesar dessa importância, a participação da mulher nas atividades agrícolas familiares, na maioria das vezes, não é remunerada. Aliás, não somente na agricultura, mas como ressalta ARRIAGADA (1991), trabalhar para

familiares de forma gratuita e por conta própria acontece especialmente no Brasil, no Equador e no Panamá.

A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas. Conforme MELO (2002), o trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado "ajuda", revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando a definição mais ampla de trabalho, entende-se que a mulher não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. A ideia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres.

PAULILO (2004) ressalta ainda que, na sociologia, a inserção feminina no mercado de trabalho agrícola como objeto de estudos "de gênero" não encontra o mesmo interesse que a inserção feminina em atividades ou ocupações "urbanas", talvez como efeito de uma tradição sociológica dedicada ao mercado de trabalho nos moldes capitalistas e urbanos.

Os estudos sobre a agricultura familiar, por sua vez, enfatizam a indissociabilidade entre família e estabelecimento produtivo (CARDON, 2004) e a importância das chamadas "estratégias familiares de reprodução" para entender fenômenos como sucessão e herança, o êxodo rural e a migração (WOORTAMNN, 1995), a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003; CARNEIRO, 1998) e mesmo suas mobilizações políticas (VIANNA, 1989). Esses estudos mostram que a condição feminina na agricultura está estreitamente relacionada à sua condição na família. As mulheres na agricultura são esposas e filhas, e, como tais, estão, na maior parte das vezes excluídas da sucessão na propriedade familiar, podendo ser poupadas do trabalho agrícola na divisão do trabalho, e sendo mais encaminhadas ao êxodo rural. É como esposas de agricultor que obtêm o estatuto de agricultoras (CARDON, 2004; LAGRAVE, 1987). A análise de dados estatísticos de abrangência nacional, como os fornecidos pelo IBGE, permite confirmar a pertinência dessas afirmações para a agricultura brasileira.

ANJOS (2009), em análise realizada sobre a inserção de homens e mulheres na agricultura brasileira a partir de suas inserções na família, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, constata que é possível observar a distribuição desigual entre homens e mulheres nas posições de ocupação na agricultura. As mulheres dedicadas à atividade agrícola se concentram em certas categorias, desvalorizadas em termos de inserção produtiva e dominadas em termos de inserção familiar.

A distribuição de homens e mulheres em cada uma destas categorias não é equivalente à distribuição total, como se observa na Tab. 1, o que aponta para concentrações de homens e mulheres em determinadas categorias. Enquanto os homens se distribuem com percentuais acima dos totais nas categorias que indicam uma inserção maior no mercado de trabalho e/ou de produção (empregados permanentes na agricultura 17,48%, empregadores na agricultura 3,91%, conta própria na agricultura 29,26%), as mulheres, por sua vez, se distribuem com percentuais bem abaixo dos totais nessas categorias (respectivamente 3,09%, 0,73% e 6,60%). Ao contrário, naquelas categorias mais distanciadas do mercado (ou seja, os "trabalhadores não remunerados membro da unidade domiciliar" e "trabalhador na produção para o próprio consumo", voltados à subsistência) as mulheres se distribuem bem acima dos percentuais totais (respectivamente, 35,95% e 45,30% das ocupadas na agricultura estão nestas posições), concentrando-se nestas.

A distribuição de homens e mulheres nessas categorias indica como homens e mulheres estão inseridos diferencialmente nas relações de mercado neste setor, e principalmente, na hierarquia social das posições na ocupação, cujo sentido é dado pelas relações de mercado, as mulheres concentrando-se nas posições menos valorizadas socialmente.

Segundo ANJOS (2009), a análise acima exposta toma os indicadores presentes em uma pesquisa de âmbito nacional para dar conta da condição feminina em uma atividade produtiva específica, a agricultura. Em que pese a generalização inerente a esse tipo de análise, a qual desconsidera as inúmeras particularidades históricas, econômicas e sociais presentes nessa atividade, os dados apontam para a existência de uma regularidade em relação à condição feminina nessa atividade social. Assim, é possível, a partir das informações disponíveis, apontar para a generalidade de uma conformação social e produtiva na qual a família e sua organização do trabalho produtivo parecem ser o principal eixo de análise e, em outro plano, ponto de partida para a concepção de políticas públicas, não só para as mulheres, mas para a atividade na agricultura como um todo.

Tabela 1. Distribuição percentual de ocupados no ramo agrícola no Brasil, segundo posição na ocupação por sexo e total.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SEXO		TOTAL
	Masc.	Fem.	
Empregados permanentes em serviços auxiliares	0,57	0,08	0,41
Empregados permanentes na agricultura, silvicultura, criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos.	17,48	3,09	12,74
Empregados permanentes em outras atividades	1,25	0,27	0,93
Empregados temporários	17,5	5,28	13,47
Conta própria nos serviços auxiliares	1,17	0,11	0,82
Conta própria na agricultura, silvicultura, criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos	29,26	6,60	21,79
Conta própria em outra atividade	2,39	2,40	2,40
Empregador nos serviços auxiliares	0,09	0,01	0,07
Empregador na agricultura, silvicultura, criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	3,91	0,73	2,86
Empregador em outras atividades	0,17	0,02	0,12
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	15,64	35,95	22,33
Outro trabalhador não remunerado	0,22	0,15	0,19
Trabalhador na produção para o próprio consumo	10,34	45,30	21,86
TOTAL	100	100	100

Fonte: *Microdados PNAD 2005 adaptados de ANJOS (2009).*

As influências de gênero na agricultura de base ecológica: a mulher como agente de transformação

É impossível falar da condição da mulher agricultora sem relembrar das conquistas obtidas pelos grupos de mulheres nos movimentos sociais constituídos pelas agricultoras, as quais acabaram alterando a sua história e da própria sociedade através das lutas que travaram a partir da década de 80. A capacidade de organização e de mobilização das mulheres é algo fundamental que deve ser levado em conta quando falamos em propostas alternativas de desenvolvimento como é o caso da agricultura de base ecológica.

Segundo SCHAAF (2001), é possível indicar significativos resultados produzidos através da organização das mulheres rurais a partir de suas ações coletivas, seja do ponto de vista da condição da mulher no acesso aos direitos, quanto ao início da redução das desigualdades de gênero.

Quanto à condição da mulher rural e seu acesso aos direitos sociais, é possível considerar que houve expressivas mudanças na perspectiva de sentir-se primeiramente como sujeito de um processo de participação e inclusão social. O acesso aos benefícios de aposentadoria e salário maternidade proporcionou além de um direito social, a possibilidade de autonomia financeira para as mulheres

beneficiadas. A grande maioria das mulheres aposentadas teve a primeira experiência de abrir uma conta bancária, ter um cartão em seu nome e poder administrar um pequeno valor de dinheiro mensal que lhe pertencia.

A conquista da independência sem dúvida foi o marco inicial para várias outras lutas travadas pelas mulheres após garantirem seu espaço de reprodução social. Atualmente muitas das causas que movem essas lutas estão direcionadas ao direito à terra e à soberania produtiva e alimentar. Em vista disso, as mulheres vêm se destacando na luta contra uma “Nova Revolução Verde”¹³ que tenta se estabelecer, sobretudo através das novas biotecnologias e do florestamento com espécies exóticas. Um dos episódios que marcam esta luta é a invasão das propriedades do setor de celulose e de papel no Rio Grande do Sul.

“Em mais uma manifestação que se tornou rotineira, a tradicional invasão da ‘brigada feminina’ da Via Campesina em propriedades ou instalações do setor de celulose e papel no Rio Grande do Sul ocorreu, neste ano, na fazenda Tarumã (Rosário do Sul), que pertence à empresa finlandesa Stora Enso. Diferentemente do ocorrido em anos anteriores, a Brigada Militar agiu com rapidez e mais rispidez para desalojar as cerca de 500 mulheres e crianças da Via Campesina para ‘protestar’ contra a exploração da área pela multinacional. A operação da Via Campesina serve para demonstrar que a aliança ‘verde-vermelho’ contra o desenvolvimento do setor florestal-industrial gaúcho – assim como no Mercosul - permanece bem ativo”.(COSTA, 2008)

Cerca de 2 mil mulheres da Via Campesina ocuparam na madrugada desta quarta-feira o hortoflorestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS). A mobilização tem o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos. A Fazenda Barba Negra concentra a principal unidade de produção de mudas de eucalipto e pínus da Aracruz, tendo inclusive um laboratório de clonagem de mudas. "Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana", afirmam as mulheres em manifesto da Via Campesina. (VIA CAMPESINA, 2006).

As mulheres da Via Campesina ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da empresa americana Monsanto e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico, em Santa Cruz

¹³ Neste caso segundo COSTABEBER & CAPORAL (2004) o modelo convencional de produção agrícola estaria se adaptando à incorporação de uma geração tecnológica da Revolução Verde, priorizando o uso de insumos de origem industrial, intensivos em capital e energia; valorizando o conhecimento científico como a única forma de conhecimento válido; a especialização da produção agrícola; o aumento da economia de escala; e os ganhos de produtividade física à custa de uma crescente artificialização dos agroecossistemas. CONWAY & BARBIER (1990) alertam para emergência de uma Revolução Duplamente Verde.

das Palmeiras (na altura do km 229 da Anhanguera), no interior de São Paulo, na manhã desta sexta-feira (07/03). A Via Campesina protesta contra a liberação de duas variedades de milho transgênico pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). O governo Lula cedeu às pressões das empresas do agronegócio e liberou, em fevereiro, o plantio e comercialização das variedades Guardian (da linhagem MON810 da Monsanto) e a Libertlink (da alemã Bayer). (AÇÃO TERRA, 2008)

A agricultura de base ecológica está inserida dentro do enfoque agroecológico o qual entende os sistemas produtivos, as propriedades rurais como agroecossistemas onde os níveis social, ambiental, econômico, político, cultural e ético convergem para obtenção de resultados positivos e a longo prazo.

Para SEVILLA GUZMÁN (1999), a Agroecologia pretende o “manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, desse modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica”. Ademais, “sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno da dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis” (SEVILLA GUZMÁN, 1999).

De acordo com COSTABEBER & CAPORAL (2004), considerando a perspectiva multidimensional proporcionada pela Agroecologia, então, a construção de contextos de Agricultura Sustentável e de Desenvolvimento Rural Sustentável pressupõe um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os incrementos positivos em cada uma das seis dimensões da sustentabilidade mencionadas anteriormente.

Ao considerar os preceitos da Agroecologia e conseqüentemente as premissas do Desenvolvimento Rural Sustentável, depara-se com a emergência do papel da mulher na agricultura familiar, demonstrando a necessidade de se trabalhar cada vez mais para a diminuição das desigualdades de gênero para o fortalecimento do papel da mulher na unidade produtiva, visto que é ela que está envolvida com a educação dos filhos, com a preparação dos alimentos, com cuidados com a horta, com confecção do artesanato, além de participar em reuniões comunitárias. Para justificar essas afirmações sobre a importância da mulher no processo de transição produtiva, utilizam-se dados de alguns trabalhos desenvolvidos recentemente sobre a temática.

Na condução de um estudo que visou ao reconhecimento do papel da mulher na agricultura orgânica da Região Metropolitana de Curitiba-PR, KARAM (2004) verificou que a mulher que está participando da agricultura de base ecológica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção, ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações, reintroduzindo sementes e testando formas e preparados nos cultivos, recuperando a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança e na religiosidade.

Segundo a autora as mulheres que fazem parte da agricultura de base ecológica, na Região Metropolitana de Curitiba-PR, atuam silenciosamente fazendo as articulações e 'costuras' do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade. Dessa maneira, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido como fundamental.

Com relação aos dados obtidos nesta pesquisa, convém ressaltar que do conjunto das famílias investigadas, verificou-se que em 70% dos estabelecimentos os homens são os responsáveis pelo sistema de produção na agricultura de base ecológica; entretanto, em 30% das unidades produtivas as mulheres já se apresentam como a principal responsável. Essa condição toma formas diferenciadas no interior de cada grupo de agricultores/as. Nas famílias tradicionais, a participação dos homens é um pouco maior, em 80% dos estabelecimentos. Contudo, é nesse segmento que se verificou como o papel da mulher tem sido representativo, pois no mínimo em 50% das unidades pesquisadas foram as mulheres que assumiram as primeiras responsabilidades quanto à conversão do sistema de produção convencional para o de base ecológica. No decorrer da pesquisa houve vários relatos em que os membros destacavam que foram as mulheres que assumiram a decisão pelos 'primeiros riscos' na conversão, iniciando a instalação e a preparação de pequenas hortas nos arredores da casa, buscando as primeiras orientações técnicas, fazendo os primeiros preparados utilizados para o processo produtivo, experimentando novas sementes. Na maioria dessas situações elas também colheram os frutos das primeiras produções e, além disso, foram as responsáveis pela comercialização. Entretanto, à medida que os homens das famílias percebiam os resultados obtidos, tanto na produção como na renda auferida, muito rapidamente passaram a assumir um papel mais decisivo no processo produtivo.

Além do seu papel no processo decisório da transição para a agricultura de base ecológica, as mulheres foram as grandes responsáveis pela 'guarda' de muitas das sementes existentes nas hortas domésticas. Nas propriedades onde se faz algum tipo de processamento da produção – conservas, molhos, geleias, derivados de leite (manteiga, queijos, coalhadas) –, as mulheres é que são as responsáveis pelo trabalho. Outra observação que merece destaque nesta pesquisa refere-se ao campo dos saberes, em que a mulher também se destaca, seja na aquisição de conhecimento por meio da educação formal, seja dos saberes tradicionais,

transmitidos de geração a geração. No que se refere aos saberes tradicionais, aqueles passados oralmente entre as gerações, verifica-se um predomínio do papel da mulher quanto ao conhecimento sobre os cuidados com a saúde. Em mais de 70% das famílias tradicionais, os conhecimentos transmitidos pelas mães, pelas avós, pelas antepassadas foram destacados como muito importantes. A pesquisa de KARAM (2004) revelou ainda que as mulheres dos grupos estudados participavam ativamente das atividades organizativas sem caráter político, ou seja, é no campo da religião e das relações familiares que elas desempenham sua ação para a manutenção da sociabilidade de forma mais contundente.

OLIVEIRA (2005) reforça o discurso sobre a importância do papel das mulheres na preservação ambiental e na conversão produtiva ao revelar dados de um levantamento perceptivo realizado junto ao grupo Mulheres da Terra, constituído por mulheres integrantes do Assentamento Projeto Viamão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁴. Segundo a autora, a organização dos grupos de mulheres foi considerada uma ação prioritária, tanto pelo envolvimento dessas com o cuidado da natureza quanto pela sua capacidade de intervir na vida familiar. Na medida em que as mulheres estão diretamente vinculadas aos cuidados dos membros da família, desde a alimentação até a higiene, foi observado que apresentam uma maior facilidade no reconhecimento da relação meio ambiente/saúde, o que acarreta, conseqüentemente, maior sensibilidade para a causa ambiental. Além disso, exercem a função de educadoras dos filhos e de conselheiras dos companheiros, possibilitando difundir os princípios ecológicos na família.

Considerando o exposto, a autora sugere que o ecofeminismo e a alfabetização ecológica façam parte das estratégias educativas e de pesquisa-ação junto às mulheres agricultoras. De acordo com ela, as abordagens lançadas diante desse prisma permitem que se trabalhe o resgate da autoestima, a construção da identidade conjuntamente com a ampliação da consciência socioambiental.

Nesse sentido, o ecofeminismo propõe que a luta pelos direitos da mulher não seja separada da luta pela reparação dos ecossistemas que sustentam a vida. Seu postulado principal é que todas as questões de dominação estão interconectadas; portanto, para compreender como se deram a opressão das mulheres e a depredação dos recursos naturais, precisamos dirigir o nosso olhar às relações entre os vários sistemas nos quais o poder está construído. Dentro do movimento feminista, o ecofeminismo constitui-se na sua terceira onda. A primeira tratou dos direitos básicos, como, por exemplo, o direito de as mulheres elegerem

¹⁴ Esse assentamento, o maior do Estado do Rio Grande do Sul, foi implantado em 1998, na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, instalando 376 famílias em 9.506 hectares. Parte da área, aproximadamente 2.543 hectares, a partir de 25 de abril de 2002, por decreto estadual, passou a corresponder à unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, onde encontramos as principais nascentes do Rio Gravataí, alta diversidade de fauna e de flora e a última população do cervo-do-pantanal no Estado. Isso faz com que esse assentamento seja classificado como comunidade de entorno de uma unidade de conservação, regido por legislação própria, promulgada a partir do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Dessa forma, diferencia-se dos demais assentamentos da Reforma Agrária, pois, nessa área, a atenção às questões ambientais é imperiosa (OLIVEIRA, 2005).

e serem eleitas. A segunda onda, exemplificada no pensamento de Simone de Beauvoir, trouxe a questão cultural, explícita no *slogan* "As mulheres não são mulheres, são feitas mulheres". O ecofeminismo, ao reunir cultura e natureza, permite às mulheres, nesse caso, às mulheres assentadas, valorizar sua identidade, construindo uma nova inserção na sociedade, resgatando o valor do seu trabalho, bem como respeitando e preservando as manifestações de vida.

Por último utiliza-se da pesquisa realizada por LOVATTO (2007), a qual teve como principal objetivo o estudo da percepção ambiental de dois grupos de agricultores do Município de Santa Cruz do Sul, RS, um grupo constituído por agricultores convencionais e outro por agricultores de base ecológica vinculados ao CAPA/Ecovale¹⁵. A autora verificou o papel de destaque das mulheres vinculadas ao CAPA/Ecovale na tomada de decisões e a predisposição das mulheres vinculadas a produção convencional à conversão produtiva. Em alguns casos, as mulheres, ao participarem da entrevista na condição de ouvintes, relatavam em meio às conversas, seus anseios, sendo algumas vezes criticadas como em um dos trechos transcritos a seguir, seguido do relato da autora. Em outros casos, as mulheres constituíram a "força motriz" para a mudança produtiva (convencional para base ecológica), incentivando os esposos a abandonarem as práticas convencionais e partirem para a produção ecológica (trecho transcrito a seguir):

"Eu gostaria de saber mais sobre este negócio de agricultura orgânica. Acho que se desse certo iria ser um bom negócio para família. Ouvi falar de gente que está muito bem produzindo desse jeito". (32 anos, esposa de um dos agricultores convencionais entrevistados).

Nota da Pesquisadora: A fala da mulher foi interrompida, primeiro pelo sogro, que participava da conversa depois pelo marido com um balançar de cabeça indicando numa negativa diante do exposto e risos.

Palavras do Sogro:

"Isso é coisa para louco, não existe. Eu não acredito". (agricultor convencional, 71 anos)

"Foi minha esposa que me tirou dessa. (referindo-se à produção convencional). Ela começou a participar das reuniões na igreja, depois conheceu o grupo do CAPA e começou a tentar me convencer que iria dar certo". "Ela insistiu tanto que eu resolvi tentar e agora estou feliz da vida, graças a ela". (agricultor de base ecológica, 52 anos).

Relato da Esposa:

"Ele estava doente e não percebia. Não eram só os venenos, era o jeito de produzir, era aquela rotina que não compensava, ele não estava feliz". (50 anos, esposa do agricultor de base ecológica citado acima). (LOVATTO, 2007).

¹⁵ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicos – Núcleo Santa Cruz do Sul-RS.

Outro aspecto destacado por LOVATTO (2007) foi sobre algumas mulheres que assumiram o papel de chefes de família, em função da perda ou ausência do companheiro. Todas optaram pela agricultura orgânica por entender que esta seria uma forma mais social e ambientalmente mais correta de produção, respeitando a natureza e todos os indivíduos. Além disso, outro dado que chamou atenção da autora refere-se à sensibilidade generalizada com as questões ambientais por parte das mulheres entrevistadas. Assim em ambos os grupos (convencional e de base ecológica) as mulheres quando questionadas sobre a relação existente entre agricultura e preservação ambiental emitiram respostas que demonstraram disposição à preservação dos recursos naturais, bem como entendimento sobre a relação existente entre as questões ambientais e aquelas envolvidas nos processos produtivos em suas propriedades, ao contrário do verificado com os homens quando entrevistados.

Em todos os trabalhos citados verifica-se a posição de incentivo da mulher à agricultura de base ecológica, caráter que deverá ser mais bem explorado afim de que se possa traçar perfis em determinadas regiões. Sem dúvida, a mulher desempenha um papel fundamental nas iniciativas de sustentabilidade. A família está diretamente vinculada à sua forma de agir e de se impor diante da realidade. Espera-se, portanto, que ela seja valorizada como um agente transformador da realidade, como um agente capaz de reverter o círculo herdado da Revolução Verde, capaz de converter sua família e sua comunidade para formas de produção que respeitem o equilíbrio da natureza, entendendo o homem como parte da mesma e não como um mero manipulador externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável deve ser estudado e posto em prática dentro da ótica da complexidade, modo de ação que contrapõe a lógica cartesiana hegemônica que prioriza a visão fragmentada onde o caráter tecnicizante monopoliza as relações. À margem deste espectro de mundo, surge uma nova visão complexa e sistêmica com a emergência do paradigma holístico, dentro do qual as dualidades como homem *versus* mulher, natureza *versus* cultura, se complementam para que haja o equilíbrio¹⁶.

Dentro desse contexto e considerando a lógica do desenvolvimento da agricultura que perpassa o modelo convencional decadente, torna-se imprescindível considerar a histórica relação da mulher com as questões que envolvem a multiplicação da vida e a preservação da natureza para a proposição

¹⁶ Segundo CAPRA (2005) este novo paradigma (uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade e que estabelece uma visão particular da realidade) pode ser chamado de uma *visão de mundo holística*, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominada *visão ecológica*, se o termo 'ecológica' for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. "A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)."

de mecanismos que permitam a ascensão do modelo de agricultura de base ecológica, de maneira que seja priorizada a complexidade dos fatores e o equilíbrio dialético entre a dualidade das coisas.

A ação, sob esse ponto de vista, uma vez recolocada em sua direção verdadeira, reduz a distância e a estranheza de nossa relação com a ordem das coisas (...). Estabelece a possibilidade duma familiaridade, enquanto as qualidades secundárias, imediatas, do sensível, do percebido, do imaginário, preenchem o vazio, mantido, do homem em relação ao seu universo. Urge certamente a volta, não à volta à natureza e sim a volta dentro da natureza. (MOSCOVICI, 1975 p. 123).

Gender, sustainability and development: an analysis on the women role in family farming and the ecological base

ABSTRACT

Starting from the acknowledgment of the historic connection between women and nature, it is aimed by the present study to analyze elements related to the gender influences on sustainable rural development, using for that the discussion of data obtained in recent researches that investigated the ways that took to the transition of some family agriculturists groups to the ecological base model. It has been demonstrated within the analysis that women are in a strategic place on productive reformulation of family unit, because they represent, most of the time, the major role of a net of connections that allows a critical and, sometimes, emancipator questioning of the conventional ways of production. In this context, it has intended to provide aids for achievement of new investigative researches that approach the thematic, contributing to the planning of strategies that stimulate the familiar agriculture on the decision-making, reducing the inequalities and the difficulties that still persist in this process. However, with new researches it has been expected to be possible to look for mechanisms that allow the strengthen of women in the rural environment, reaffirming in a continuous way the important role they carry out for the sustainable rural development.

Key-words: Family Women Farmers, Strategies, Sustainable Agriculture

REFERÊNCIAS

- ACIESP – Academia de Ciências do Estado de São Paulo. *Glossário de Ecologia*. 1997.
- AÇÃO TERRA. Via Campesina ocupa Monsanto e destrói experimentos transgênicos em SP. *Land Research Action Network*, mar. 2008. Disponível em <http://www.landaction.org>. Acesso em: 12 jul. 2009
- ALAMBERT, Zuleika. *A mulher na história. A história da mulher*. Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004
- ANJOS, Gabrieli dos. Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira. *Textos para Discussão FEE* nº 65, 2009, p. 1-24.
- ART, Henry W. *Dicionário de ecologia e ciências ambientais*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- ARRIAGADA, Irma. Mujeres rurales de América Latina e el Caribe: resultados de programas y proyectos. In: *Una nueva lectura: genero en el desarrollo*. Entre Mujeres. Flora Tristan Ediciones. Perú, 1991.
- BRAIDOTTI, Rosi et al. *Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 205-227, 2004
- CARDON, Philippe. *Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale*. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004, 311 p.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, 228p.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns princípios e conceitos*. Brasília: MDA-SAF-DATER; IICA, 2004. 24 p.
- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. B. Aires, Nueva Vision, 1974.
- CONWAY, G. R. & BARBIER, E. D. *After the Green revolution: sustainable agriculture for development*. London: Earthscan, 1990.
- CORRÊA, Sônia. Gênero : reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas. *Relações desiguais de gênero e pobreza*.- Recife: S.O .S Corpo, 1996.
- COSTA, Nilder. Via Campesina investe (de novo) contra a silvicultura. Alerta em rede, São Paulo, mar. 2008. Disponível em <http://www.alerta.inf.br/Florestal>. Acesso em: 12 de jul. 2009.
- FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: 1996.
- GILPEN, A. *Dictionary of Environmental Terms*, RKP, London, 1976.

- HARDING, Sandra. Gênero, Democracia e Filosofia da Ciência. RECIIS – R. *Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, 2007
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O Que É Violência contra a Mulher*. São Paulo, Brasiliense, 2002
- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, 2004
- LAGRAVE, Rose-Marie. L'agricultrice inclassable: les fonctions sociales du flou statistique. In: LAGRAVE, Rose-Marie et alli. *Celles de la terre: agricultrice, l'invention politique d'un métier*. Paris: Éditions EHESS, 1987.
- LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LIMA, B. L. R. N (Org). Mulher e Ambiente. *Coleção Gênero e Cidadania*, EDUFAL: Alagoas, 1994
- LOVATTO, Patrícia Braga. UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. *A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado), 2007
- MELO, Lígia de Albuquerque. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. Resumos Expandidos do *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, novembro de 2002, p 1-14.
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra a natureza*. Trad. ALVES, E. F. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MORIN, Edgar. A integração cultural. In: *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo ¾ Neurose*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- SAFFIOTI, Heleieth I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.
- SHIVA, Vandana. *Staying alive : women, ecology, and development*. London ; Atlantic Highlands, N.J., USA: Zed Books, 1988
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.
- PONS, Miguel Angel. *História da agricultura*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.
- OLIVEIRA, Naia. Grupos mulheres da terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. *Revista Mulher e Trabalho*, FEE: Porto Alegre, v. 5, p 101-112, 2005

VIA CAMPESINA. Mulheres da Via Campesina ocupam fazenda da Aracruz no RS. Mídia Independente, Porto Alegre, ago. 2006. Disponível em <http://www.midiaindependente.org>. Acesso em: 12 jul. 2009.

VIANNA, Aurélio. *Organização social e ação política do campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni*. Comunicação nº15. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989, 46 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. 49. *Congresso Internacional de Americanistas*. Quito, Equador jul/1997.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Ed.Hucitec/Ednub 1994.